

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: Dilemas e Contradições

Resumo

Este artigo apresenta alguns elementos analisados na dissertação de mestrado intitulada “Serviço Social e Educação no Brasil: limites e desafios do trabalho profissional”, defendido ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Analisando o estado da arte sobre o trabalho de assistentes sociais no Brasil, tivemos como resultado pelo menos três principais tendências na produção sobre atuação profissional: a) primazia do trabalho inter/multi sobre as decisões individuais; b) cristalização/sacralização do educativo/pedagógico como algo positivamente neutro; c) a subsunção do teórico e ético ao técnico. Com essa pesquisa, consideramos que muitas dessas tendências não particularizam somente à política de educação, mas em outros espaços socio-ocupacionais. Tais tendências demonstram que ainda há forte conservadorismo, tecnicismo e imediatismo no trato com as demandas complexas do cotidiano.

Palavras-chave: serviço social, Brasil, educação, trabalho profissional.

A educação é um complexo social que ocorre na relação entre homem e seus iguais. Sua emergência só pode ser examinada no âmbito do ser social que surge para dar respostas às necessidades da socialidade humana (Lukács, 2013, 2018; Maceno, 2019).

A educação acompanha o homem desde os primórdios, aprimorando suas formas de intervenção na natureza. Em seu processo de desenvolvimento histórico, os homens atravessaram modos de produzir e reproduzir a vida de formas bem distintas: modo de produção primitivo-tribal, escravista (*escravismo*), asiático, feudal (feudalismo) e o atual modo de produção capitalista.

Como nos esclarece Maceno (2017), com a emergência do capitalismo e das sociedades de classes, desaparece aquela possibilidade de acesso socialmente irrestrito aos conteúdos imateriais produzidos e acumulados pelas comunidades primitivas, os quais a educação se encarregaria de transmitir. A atividade mediadora da educação continua, assim como antes, a se realizar em todos os sujeitos sociais, porém de modo desigual, em conformidade com a natureza de classe dessas sociedades. Assim, o complexo da educação é transformado porque a base da qual depende ontologicamente altera-se a partir das transformações sociais que decorrem do trabalho e dos complexos a ele diretamente relacionados.

Na ótica de Saviani (2013), o objeto da educação está vinculado a duas perspectivas: a) identificação dos elementos culturais que precisam ser

assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos, ou seja, trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório; b) descoberta de formas mais adequadas para alcançar esse objetivo por meio da organização dos meios (conteúdos, espaço, tempo e procedimentos), através dos quais, progressivamente, cada indivíduo singular realize a humanidade produzida historicamente. Esta última perspectiva se desenvolverá no interior do capitalismo como o processo de escolarização, por isso, uma autonomização em face da sua categoria fundante.

Quais seriam as relações possíveis entre a realização de trabalho intelectual, o caso de assistentes sociais, no interior de uma instituição educacional com todas essas características aqui mencionadas? Uma primeira hipótese seria a possibilidade de uma conquista de consciência de sujeitos envolvidos em direção a algo distinto.

Veremos a seguir quais são as principais características que orientam o trabalho realizado por assistentes sociais nas instituições educacionais; e, conseqüentemente, quais são as direções percorridas por esses profissionais.

1. Tendências sobre a atuação do Serviço Social na política de educação brasileira

As categorias que serão analisadas a seguir são produtos do exame realizado nas produções da categoria de assistentes sociais sobre o trabalho nas políticas educacionais. Aqui, buscaremos compreender quais os avanços em relação ao debate do Serviço Social e educação, procurando examinar aquilo que ainda está estático ou não em termos de avanço teórico-metodológico do pensamento e teoria críticos, conseqüentemente importantes para o processo de garantia de direito nas políticas sociais, especialmente nas educacionais.

1.1. A interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade no trabalho profissional?

Desde a década de 1960 expande-se o debate em defesa da necessidade de se atribuir um enfoque interdisciplinar à formação e à intervenção profissional. A defesa de um trabalho multiprofissional também vem se prestando a resgatar

uma certa sensação de trabalho coletivo no âmbito das políticas sociais.

Vamos aos conceitos para melhor compreender essa miríade de termos. A multidisciplinaridade, aponta Vasconcelos (1997), trata-se do trabalho que acontece de forma isolada, com mínimo cooperação. A interdisciplinaridade, por sua vez, é dividida pela autora em auxiliar e não auxiliar. A auxiliar ocorre quando uma disciplina predomina sobre as demais; a interdisciplinaridade tende à horizontalidade nas relações entre os profissionais.

Minayo (2010) argumenta que a multidisciplinaridade constitui a justaposição de disciplinas, em que não se abre mão de teorias e metodologias próprias, ou seja, não existe a possibilidade de construção de uma estratégia metodológico que seja comum entre os envolvidos. Trata-se de obter uma visão do mesmo objeto sob várias perspectivas.

A multiprofissionalidade, no mesmo sentido, ocorre, em geral, quando são necessários conhecimentos de variados profissionais para solucionar problemas práticos e complexos do cotidiano. A despeito de outras realidades, a experiência de trabalho na política de assistência estudantil de uma instituição pública de ensino superior em Goiás cuja estruturação da equipe (Serviço Social, Psicologia e Nutrição) compõe um todo separado e isolado, cada equipe trabalha especificamente sobre o objeto de sua especialidade. Psicologia: questões da alma; Nutrição: orientações nutricionais e fiscalização de restaurante universitários e o Serviço Social: gestão de bolsas e conflitos. Numa perspectiva interdisciplinaridade, essa relação tenderia a constituir uma articulação conjunta, em que haveria uma sintonia e relação ao foco, ao objeto: as condições de permanência de estudantes em situação de pobreza.

Já na visão de On (1995), a interdisciplinaridade não é um método de investigação, uma técnica didática, um instrumento utilitário, um princípio de homogeneização, ou um modelo de metodológico capaz de produzir generalizadoras ou universalizantes. A autora atribui à interdisciplinaridade uma *postura profissional* que é capaz de transitar em outros campos da ciência, desvelando a pluralidade e potencializando as possibilidades de ver o objeto de vários ângulos. Para autora, esta perspectiva não fere a especificidade e campos de especialidade das profissões. Ao adotar postura uniprofissional, por exemplo, o profissional poderá cair no dogmatismo, fechando na univocidade do discurso,

da teoria, podendo adotar atitudes conservadoras e intelectualmente dominantes.

As práticas inter e multidisciplinares expostas e defendidas pelas autoras tendem a apontar que o processo de industrialização e complexificação das relações sociais contribuíram enormemente para a ampliação e a variedade dos campos dos saber, constituindo uma sociedade cada vez mais hiperespecializado. Sobre isso, aponta Antunes (2017) que os princípios postos pelo taylorismo-fordismo impuseram uma qualificação com base em uma especialização limitadora e profundamente empobrecedora, tanto do conhecimento teórico, quanto das atividades práticas de trabalho. Uma qualificação marcada pela cisão entre teoria e prática, sendo ambas racionalizadas internamente e reduzidas a “tarefas”. Uma ciência de tipo parcelar, fragmentada e que só poderia ser construída tendo por base ciência também especializada, que é própria do chamado padrão moderno.

Isso, de alguma forma, põe aos defensores das práticas inter e multidisciplinares um problema: da visão atomizada e fragmentada ao se adotar uma abordagem ampliada de um objeto singular imediato: esse seria o caminho para desmistificar realidade a alcançar a totalidade.

Por outro lado, argumenta Tonet (2013) que a fragmentação é produto das transformações modernas do mundo capitalismo e por esse motivo a defesa das práticas inter/trans/multi/pluridisciplinaridade podem ser e são facilmente instrumentalizadas pelas estratégias de socialização burguesa, tanto na socialização de conhecimento, quanto nas práticas profissionais e sociais, e é exatamente no âmbito das práticas sociais que apontamos o lugar que ocupa o Serviço Social na defesa dessas propostas modernas.

A propostas de ação inter/multi (poderíamos também entrar na ceara do pluri e trans) são vocalizadas na condição de sinônimo de trabalho coletivo, em detrimento de práticas excludentes, isoladas, fragmentadas, além de conservadoras e antidemocráticas. Tais afirmações nos leva a crer que um trabalho de tipo inter/multi não resultaria em práticas excludentes, não resultaria em práticas isoladas e fragmentadas, muito menos em ações e decisões conservadoras e antidemocráticas. O que em nossa análise seria um equívoco primário, especialmente no debate no interior das instituições.

Considerando os limites teóricos aqui apontados, embora o trabalho inter

e multi possam ser menos excludentes, notou-se que em nenhum dos trabalhos analisados foi identificada uma defesa de um trabalho multi que se constituísse para além do corporativismo profissional. Consequentemente, o aspecto corporativista recoloca o princípio capitalista da cisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. No âmbito das políticas sociais de educação, por exemplo, a cisão seria entre professores/técnicos de nível superior e os usuários depositários de nossas articulações e propostas de ação reguladores de comportamento.

Em última análise, podemos inferir que a instrumentalização do Serviço Social pelo Estado (mas não só por ele) contribui sobremaneira para a construção de uma consciência da força de trabalho capaz de produzir muito mais no mercado, assumindo o perfil de trabalhador polivalente. Nesse sentido, hoje, está presente no ideário dominante a integração e flexibilidade. Analisa-se que em muitos dos discursos de assistente sociais que atuam na educação a adoção de exigências postas às instituições educacionais, em especial nas escolas, no sentido de que os educandos/as alcancem uma visão interdisciplinar e cooperativa, e que sejam capazes de cumprir individualmente afazeres que antes eram conferidos a múltiplos especialistas. (MUELLER et al., 2008). Em geral, essas inculcações ocorrem, como foi possível examinar nas produções, tanto por meio de socializações e orientações profissionais, quanto por meio de atividades socioeducativas e pedagógicas. Isto posto, sem uma análise crítica do seu processo de trabalho e de sua “intencionalidade rica” (GUERRA, 2014), o Assistente Social assume uma postura de grande eficiência na socialização e reprodução da socialidade capitalista junto a estudantes usuários das políticas educacionais.

Portanto, a efetiva superação dessa cisão no âmbito do saber deve passar, necessariamente, pela transformação radical do mundo que deu origem e necessita dessa forma de produção do conhecimento. Fora desta perspectiva, a adesão do Serviço Social às estratégias pedagógicas e comportamentais de superação da fragmentação pela via das ações multi também é uma adesão ao processo de sociabilidade do capital no âmbito das relações sociais nas políticas sociais. Nesse sentido, contribuindo coma conformação dos sujeitos históricos aos princípios educativos vigentes.

1.2. Trabalho socioeducativo e pedagógico

Ao dizer que o trabalho do Assistente Social é educativo ou é pedagógico, o que, na verdade estamos querendo dizer afinal?

Em seu percurso histórico, o trabalho de assistentes sociais assumiu, no âmbito da organização da cultura, pelo menos três perfis pedagógicos, segundo Abreu (2011): pedagogia da “ajuda”, pedagogia da “participação” e o processo de construção de uma pedagogia emancipatória junto às classes subalternas.

A pedagogia da “ajuda” caracteriza pela vinculação da profissão a um processo de organização e inserção nas relações sociais e culturais, alicerçada a uma visão psicologista da questão social, em que a intervenção profissional privilegia as manifestações do indivíduo isolado.

Para a autora, a “ajuda” psicossocial individualizada atualiza a aparência humanitária de “ao homem servir”, mas, em essência, expressa-se como uma pedagogia autoritária moldadora da subjetividade e da conduta individual. Essa perspectiva pedagógica tem no relacionamento e na personificação a sua primazia e centralidade: nas escolas, centralizam-se os chamados “alunos-problema”, etc. No processo de atualização e reatualização, a perspectiva da “ajuda” demonstra-se atual, considerando sua função de “subalternização e controle das classes trabalhadoras, envolvendo mecanismos, rituais compatíveis com os interesses dominantes, em que sobressaem a seletividade/elegibilidade e a qualificação/desqualificação de sujeitos” (ABREU, 2011, p. 101).

Atualmente, há imprecisão recorrente ao tratar sobre trabalho educativo e/o pedagógico no âmbito das políticas sociais. Muitas são as afirmações de que o Serviço Social promove um trabalho socioeducativo e pedagógico, sempre imprimindo um caráter incontestavelmente positivo.

Uma prática profissional pode ser orientada por uma dada concepção educativo-pedagogia, independentemente da consciência do profissional. Nessa lógica, cabe ao assistente social não sacralizar mecanicamente o trabalho pedagógico, sem a devida mediação, mas procurar compreender qual é a orientação política e social do trabalho realizado. Daí, podemos dizer que há trabalho educativo hegemônicos e contra-hegemônicos.

Portanto, o trabalho educativo que seja contra-hegemônico só pode vincular o Serviço Social ao movimento de construção de uma pedagogia

emancipatória desde que entendidas no quadro das condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração de um projeto que esteja vinculado aos interesses das classes subalternas.

1.3. Supremacia do técnico e ético sobre teórico

Não são raras as vezes em que presenciamos no âmbito da categoria profissional o reforço à máxima de que “na prática, a teoria é outra”. Essa interpretação imediata da realidade caracteriza-se, segundo Guerra (2014), como um pensamento racionalista formal.

O pensamento racionalista formal funda-se a partir da concepção de trabalho em que o trabalho intelectual se separa do trabalho manual. Ou seja, considerada uma profissão de caráter técnico, basta que se utilizem das ferramentas já cristalizadas para dar encaminhamentos e resoluções para questões do cotidiano: esse tem sido o lugar que as instituições burguesas têm reservado ao Serviço Social em diversas instituições.

Esse pensamento também reforça a relação de subalternidade constituída no interior dessas instituições entre o Serviço Social e outras profissões. Na saúde, com os médicos; no Poder Judiciário, com os juristas; nas instituições educacionais, com os professores.

Os assistentes sociais, enquanto trabalhadores assalariados, não estão imunes às consequências advindas do processo de reestruturação produtiva e com ela os novos princípios educativos que reorganizaram a força de trabalho em todo o mundo. Segundo as observações de Kuenzer (2016), a acumulação flexível impôs suas demandas de competitividade, com a crescente incorporação de ciência e tecnologia, com a crise do trabalho assalariado, com progressiva simplificação do trabalho, cada vez mais abstrato, menos transparente e acessível para um trabalhador que, de modo geral, espia a máquina sem compreender os processos e a ciência que ela incorpora, há um novo princípio educativo, qual seja: as habilidades psicofísicas, a destreza, os modos de fazer, o disciplinamento baseado na submissão e na obediência, que eram centrais no princípio educativo taylorista/fordista, e que determinavam uma prática pedagógica escolar fundamentada na rigidez, na repetição e na memorização, passam a ser substituídas pela necessidade de sólida educação básica de pelo

menos nível médio, mas sendo desejável de nível superior, com domínio das diferentes formas de linguagem e de comunicação, com raciocínio lógico-formal, criatividade, autonomia, capacidade de educar-se permanentemente.

Por isso, acreditamos que ainda há uma negação da teoria ou uma primazia do técnico sobre o teórico e ético em muitos dos discursos profissionais, acabando-se por materializar um modelo ético e teórico de sociabilidade e trabalho profissional, independente da vontade do sujeito. Importa destacar que o técnico-operativo aqui não se reduz a modelos de encaminhamentos, documentos técnicos pré-moldados e sem mediação ou a uma destreza na forma como o/a profissional operacionaliza programas, políticas e serviços sociais, mas refere-se, sobretudo, a táticas e estratégias construídas pelo profissional que sejam capazes de mobilizar sujeitos e ou aliados dentro da instituição em direção àquilo que se quer chegar ou alcançar; e isso requer uma análise teórico-crítica do contexto institucional onde se está inserido. Nesse sentido, no momento da viabilização de direitos, o nosso Parecer Técnico imprimirá, coerentemente, o mesmo pensamento crítico usando para a construção das possibilidades e meios institucionais.

Pela própria natureza da profissão, podemos cair no equívoco de atribuir à nossa competência à utilização de procedimentos técnico operativos, superdimensionando-o. Se esse for o pretexto, estaremos reeditando uma tendência chamada *metodologismo*, ou do *eclétismo*.

2. CONSIDERAÇÕES

Neste artigo, nosso esforço foi tentar demonstrar os desafios dos profissionais de Serviço Social nas políticas educacionais, enfatizando alguns elementos que não são próprios somente dessa política pública.

Mostramos que um trabalho educativo do assistente social não é automaticamente progressista, mas é importante compreender quais as intencionalidades e os rumos das ações educativas postas no conjunto das políticas sociais e educacionais. Entendemos que o educativo pode ser conservador e não emancipador. Sem compreender essas distinções os profissionais tendem a reproduzir desigualdades no interior das políticas sociais, especialmente na educacionais.

Também apontamos que independentemente da vontade dos sujeitos profissionais que atuam no âmbito estatal sempre estará em curso a implementação de projetos em disputa. Em se tratando de sujeitos desavisados, este será somente um mecanismo de reprodução de quaisquer projetos em detrimento ou não dos usuários atendidos.

Destacamos que o técnica não se reduz a modelos de documentos pré-moldados, mas sim a táticas e estratégias construídas pelo profissional que sejam capazes de mobilizar sujeitos e ou aliados dentro da instituição em direção àquilo que se quer chegar ou alcançar; e isso requer uma análise teórico-crítica do contexto institucional onde se está inserido.

Frisamos que o grande desafio profissional nas políticas educacionais não é somente operacionaliza-las com *maestria*, mas sim compreender o desenvolvimento dessas políticas a partir de suas contradições internas, seus recuos, regressões e como o profissional pode contribuir para mitigar os impactos das práticas conservadoras em detrimento da garantia de direito nas políticas educacionais.

3. REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **Serviço Social na educação profissional e tecnológica: as particularidades do exercício profissional do/as assistentes sociais nos institutos federais.** (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Política Pública da UFMA, São Luís, 2017.

GUERRA, Yolanda D. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A formação de trabalhadores no espaço de trabalho.** *In:* Trabalho Necessário. V. 14, n. 25. Niterói, 2006.

LUKÁCS, Gyorgy (1885-1971). **Para uma ontologia do ser social I.** Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (Biblioteca Lukács; 1).

LUKÁCS, Gyorgy (1885-1971). **Para uma ontologia do ser social II.** Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACENO, Talvanes Eugênio. **A impossibilidade de universalização da educação.** 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2019, 128 p.

ON, Maria Lúcia Rodrigues. **O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar**. In: MARTINELLI, Maria Lúcia, *et al.* O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 1995.

MUELLER, R. R.; BIANCHETTI, L., & JANTSHCH, A. P. (2008). **Interdisciplinaridade, pesquisa e formação de trabalhadores - as interações entre o mundo do trabalho e o da educação**. Educação, Sociedade & Culturas, 1(1) 175-191. Disponível em: http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC27/27_rafael.pdf. Acesso em: set.2016.

SAVIANI, Dermeval. *et alii*. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013. 137 p.

TONET, Ivo. **Atividades educativas emancipadoras**. Maceió, abril de 2013. disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Atividades_educativas_emancipadoras.pdf: Acesso em: 14, março/2021.

TONET, Ivo. **Interdisciplinaridade: Emancipação e formação humana**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013.